



Ulysses e Albano receberam Mário Amato (E)

Acordo fracassa e estabilidade vai à votação

"Tudo conversado e nada resolvido". A frase, do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), repetida pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB/SE), e pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, define o que houve nos últimos dias durante sucessivas reuniões em torno da estabilidade. As tentativas de um acordo não foram bem sucedidas, e a questão deverá ser mesmo resolvida no voto: quem tiver o apoio de 47 constituintes, decidirá como a matéria será tratada no texto que irá ao plenário da Constituinte. As diferentes correntes terão agora que armar a estratégia de votação, que deve começar na próxima segunda-feira.

Ontem, o grupo liderado pelo senador José Richa (PMDB/PR), que tendia a aprovar a emenda dos empresários gaúchos, evoluiu para apoiar o texto do primeiro substitutivo, o Cabral I, defendido pela liderança do PMDB. Segundo Richa, seria importante um acordo bom para os patrões e para os empregados, e isso poderia ser obtido com a conjugação do Ca-

Decisão entre 4 textos

A votação sobre a estabilidade do trabalhador deverá ser concentrada em três emendas — das mais de 20 destacadas na Comissão de Sistematização. A primeira restabelece o Cabral I, protegendo o contrato de trabalho contra despedida motivada ou sem justa causa, nos termos da lei. A segunda garante a relação de emprego com ressalvas,

mas prevê pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, o que significa, de acordo com os setores mais progressistas da Constituinte, o fim da estabilidade. A terceira protege o contrato de trabalho proibindo a demissão motivada, salvo em determinadas circunstâncias, sob pena de reintegração.

PODER & POLÍTICOS

Proteção de Deus

O deputado Amaral Netto garante que perguntou a centenas de constituintes o que fariam se tivessem uma filha estuprada e assassinada. Apenas dois afirmaram que perdoariam. O restante dividiu-se em duas respostas: "mato" e "mando matar". A pesquisa teria sua importância reduzida, se não houvesse a Comissão de Sistematização rejeitada a pena de morte por 84 votos contra cinco.

A contradição entre a pesquisa e a votação reflete a sociedade em que vivemos e ajudamos a construir. Não há, infelizmente, uma consciência de coletividade. Os parlamentares consultados se acham com o direito de matar o estuprador e assassino de suas filhas, mas negam-no a todos os outros cidadãos, ainda que a pena de morte seja aplicada através de processo judicial.

A vingança é, para eles, justa se pessoal, mas desumana se beneficia a outros. Naturalmente que alguns defendem o perdão com absoluta sinceridade, influenciados por sentimentos religiosos ou razões humanitárias, porém outros, infelizmente a maioria, o fazem para parecer bonzinhos, complexo tão arraigado como o de que sempre devemos levar vantagem.

A pena de morte não tem possibilidade de ser aprovada pela Constituinte, que não está refletindo a opinião pública, altamente favorável à sua aplicação. Os parlamentares, no entanto, garantem, em declarações sucessivas, que se empenham em atender aos anseios nacionais. A pena de morte pode não ser uma vontade do povo, mas, seguramente, não é o excluir dos crimes inafiançáveis o tráfico de tóxicos, que nos últimos anos cresceu quase 1.000%.

Qual a explicação religiosa ou ética que se pode encontrar para liberar um Escadinho qualquer com o simples pagamento de uma multa? Como se pode exigir da polícia uma atuação firme contra o crime se os traficantes são amparados pelos representantes do povo na hora em que se procura construir uma nova sociedade?

Como tudo ocorre nesse País não será de estranhar que, antes do término da Constituinte, passem a circular pelos salões do Congresso Nacional os lobistas dos traficantes. Pelo menos já há quem fale em retirar da Polícia Federal, cuja eficiência e seriedade, são inegáveis, o dever de combatê-los. São os primeiros sinais de que poderão incluir em nossa Constituição, entre os direitos do cidadão, o de viciar e estuprar as filhas dos outros. Isso tudo porque os constituintes estão, felizmente, sob a proteção de Deus.

JOÃO EMÍLIO FALCÃO

DORIVAL SIMS FALCAMENTO

NEIDE, WALMORES, "BOLA", KÁTIA, CRISTINA, ROBERTO, RODRIGO, MAGDA, LUIS, JUNIOR, LEANDRO e ITALO comunicam com pesar o falecimento ocorrido, ontem em Rio Claro/SP, do seu querido Pai, sogro e avô DORIVAL e agradecem as manifestações de carinho e Solidariedade.

Indenizações serão pagas antes

Na primeira batalha agrária, conservadores ganham por 13 votos

A votação do Direito da Propriedade, ontem à tarde na Comissão de Sistematização, com a vitória dos constituintes de centro-direita, deu uma mostra do que ocorrerá quando chegar a vez da reforma agrária, um dos temas mais polêmicos da Constituinte.

Dos 49 peemedebistas que integram a Sistematização, 19 votaram "fechado" com os partidos conservadores — PDS, PTB, PL e PDC. Aprovada por 53 votos contra 40, a emenda de destaque de autoria do deputado José Egreja (PTB-SP) introduziu a expressão "prévia" no § 35 do artigo 5 do substitutivo de Bernardo Cabral. A partir de agora, qualquer desapropriação será precedida de justa indenização.

Os parlamentares progressistas consideraram a aprovação da emenda de Egreja como um obstáculo a mais na luta para a implantação de uma reforma agrária efetiva no País. "O Governo vai ter que abrir os cofres públicos se quiser desapropriar". Segundo o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), a votação de ontem foi um teste, e, ao mesmo tempo, uma demonstração de que um segmento peemedebista irá acompanhar as posições

políticas mais conservadoras na Assembleia Nacional Constituinte. Acrescentou ainda que a inclusão da obrigatoriedade de se indenizar, previamente, qualquer propriedade privada não chega a ser um espanto. Revelou que dos 559 constituintes, pelo menos 200 são proprietários de imóveis rurais.

Aldo Arantes, do PC do B goiano, também criticou a aprovação da emenda. Disse que o resultado da votação irá fortalecer a posição daqueles que apostam no enriquecimento do direito da propriedade. A indignação dos progressistas, durante a sessão de votação, aumentou após os votos — a favor da emenda — dos constituintes Pimenta da Veiga e Cid Carvalho, identificados com as teses da esquerda. A explicação para o comportamento dos dois deputados acabou resvalando para a disputa entre parlamentaristas e presidencialistas. Para a esquerda, os votos de Pimenta e Carvalho foram dados numa "troca de figurinhas" com o intuito de garantir a adesão dos parlamentaristas de última hora das outras legendas. No entanto, o relator, Bernardo Cabral, e o senador José Fogaca votaram contra.

Defendendo-se das críticas dos progressistas, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) garantiu que a aprovação da emenda de Egreja não prejudicará a questão da reforma agrária. Apolando-se em seus conhecimentos de direito constitucional, o parlamentar maranhense explicou que o conceito de indenização prévia é justa, no capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, res o cidadão contra eventuais investidas do Estado nas propriedades privadas. Argumentou que sem o termo "prévia" qualquer prefeito de cidade pequena pode sair desapropriando de tórto e a direito, sem que se determine quando o expropriado receberá a sua indenização. Garantiu ainda que, na questão da reforma agrária, a forma de indenização poderá ser diferente. Disse que em direito constitucional, o conceito específico prevalece sobre o geral. Isto quer dizer que, quando da votação do capítulo da reforma agrária, os constituintes poderão aprovar uma outra maneira de pagamento das indenizações aos fazendeiros desapropriados. Mas para os parlamentares que fazem o lobby dos trabalhadores sem-terra, essa possibilidade é remota.



A prévia indenização motivou ontem a Constituinte

Um dia de brigas e lentidão

Na reunião mais lenta já realizada desde o início da votação do substitutivo, a Comissão de Sistematização levou, ontem seis horas para apreciar somente quatro parágrafos do artigo 5º e aprovar a inclusão da palavra "prévia" antes da expressão "justa indenização", no parágrafo 35, que trata do direito de propriedade.

O debate sobre este parágrafo, que prometia ser o mais difícil e acirrado, consumiu cerca de duas horas. Um tempo relativamente curto em relação ao gasto na discussão do parágrafo 37, sobre direitos dos consumidores, que levou uma hora e meia e não resultou em nenhuma modificação. Para o parágrafo 35 haviam sido apresentados 28 destaques. Destes, porém, apenas três foram votados e os ânimos do plenário não chegaram a se exaltar durante o encaminhamento das propostas.

O clima ficou tenso quando menos se esperava, durante o exame do parágrafo 37. A confusão começou quando o relator comprometeu-se a acatar, nas Disposições Transitórias, emenda apresentada pela deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), compatibilizada com a emenda da deputada Rachel Cândido (PFL-RO).

Rose de Freitas queria a inclusão, no parágrafo sobre direitos dos consumidores de dispositivo que incumbisse o Congresso Nacional de instituir um Código de Defesa do Consumidor. Cabral argumentou que não seria correto incluir no texto central da nova Constituição um parágrafo superado assim que o Código fosse aprovado.

Herança: mantida redação original

O § 36 do artigo 5º do substitutivo foi o primeiro a alterar um pouco os ânimos dos constituintes na reunião de ontem da Comissão de Sistematização. Ao curto texto ("E garantido o direito de herança"), três emendas foram apresentadas mas o plenário votou pela manutenção da redação dada por Bernardo Cabral. Houve até uma tentativa de negociação visando o fazer o senador Pompeu de Sousa (PMDB/DF) retirar seu pedido de destaque para não prejudicar a próxima matéria a ser votada, do deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ). Diante da certeza de que não havia acordo suficiente para aprovar a emenda do líder pedetista, Pompeu foi enfático: "Então não retro!"

O senador pretendia restringir o direito de herança aos bens de sobrevivência da família, acrescentando ao dispositivo "nos termos da lei", para que a legislação ordinária definisse a tributação sobre a herança. Sua matéria teve parecer contrário dos deputados Bernardo Cabral, Gastone Righi (que aproveitou e já se posicionou contrário à emenda de Brandão Monteiro, votada em seguida) e de Cristina Tavares. A justificativa foi a de que as Disposições Transitórias estabelecem as medidas pretendidas pela emenda de Pompeu. Na votação, foi derrotada por 49 votos a 43. Brandão Monteiro defendeu emenda que propôs a adição de "e sobre ele haverá o imposto progressivo", ao § 36. Mais uma vez, Bernardo Cabral lembrou que todo princípio geral tem suas regras definidas mais adiante.

votasse as Disposições Transitórias. Rose insistia na votação imediata da proposta e a polêmica gerou uma hora de uma série de questões de ordem sobre a possibilidade de votar um dispositivo das Disposições Transitórias nesta fase de análise do projeto.

O deputado José Genoíno (PT-SP) lembrou, e depois teve seu ponto de vista reforçado pelo deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que esta prática era anti-regimental e abria um precedente perigoso. "E na hora em que formos discutir sistema de governo, vamos poder discutir junto com o mandato de Sarney?", perguntou o petista.

O debate a certa altura provocou tamanha confusão que o presidente da Mesa, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), desabafou: "No começo estava entendendo alguma coisa, agora consigo não entender nada". Afonso Arinos decidiu consultar o plenário sobre o envio ou não do parágrafo para ser votado nas Disposições Transitórias. Quando a votação atingiu os 47 votos contrários, o deputado Roberto Freire (PCB-PE) sugeriu a interrupção da votação, já que era uma consulta sobre um procedimento regimental. Afonso Arinos declarou a continuação dos votos, mas houve inexplicavelmente nova interrupção pela subida à tribuna do deputado Gastone Righi (PTB-SP), já para se pronunciar contrariamente ao mérito da emenda de Rose de Freitas. Depois não foi mais retomada a votação.

A emenda de Rose de Freitas ficou derrotada por 79 votos contrários. A deputada Rachel Cândido (PFL-RO) retirou sua emenda, declarando que "já previa esta manobra regimental" e por isso havia

via apresentado emenda idêntica nas Disposições Transitórias. Irritada porque Rose insistia na votação, Rachel havia tentado evitar uma decisão sobre o envio do dispositivo para as Disposições Transitórias, dizendo ao plenário que ele não podia curvar-se "aos belos cabelos da deputada Rose de Freitas".

SESSÃO DE HOJE

Hoje, a reunião que começa às 9h, retoma a apreciação do substitutivo a partir do § 39, faltando ainda 15 dispositivos para as polêmicas questões dos direitos sociais, onde se incluem a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho. Ou seja, neste final de semana não serão apreciadas estas matérias. Ficaram assim os parágrafos votados ontem:

§ 35 — A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização anterior, se houver dano decorrente desse uso.

§ 36 — e garantido o direito da herança.

§ 37 — o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores.

§ 38 — E livre a assistência religiosa nas entidades civis, militares e de inter-relação coletiva, e será prestada sempre que solicitada pelo interessado.

Plenário fica dividido

Ao definir a matéria que tratou ontem da tribuna da Comissão de Sistematização, como "um assunto político e difícil, que em geral apolaxa e impede um raciocínio claro e lógico", o deputado Plínio Sampaio (PT/SP) conseguiu antecipar o quadro de acordos e articulações que aprovaram uma adição ao § 35 do artigo 5º do substitutivo. A polêmica questão do direito da propriedade, vinculada diretamente à reforma agrária e à urbana, dividiu o plenário que aprovou, por 56 votos a 40, a obrigatoriedade "prévia" indenização às desapropriações.

Dos 28 pedidos de destaque relacionados para o § 35, apenas 14 foram apreciados (os demais ficaram prejudicados ou foram retirados) e três votados. A expectativa era a de uma reunião agitada por muitas discussões, mas foi com pouco barulho que o relator Bernardo Cabral, viu, em duas horas, seu parecer e seu texto serem contrariados, assim que o deputado Gastone Righi (PTB-SP) começou a defender emenda do deputado José Egreja (PTB-SP).

O primeiro constituinte a se manifestar para encaminhar contra a emenda, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), considerou esta alteração "sem nenhum alcance ou finalidade", declarando ser uma manobra de atender a acordos e pressões de momento. Logo a seguir, o deputado Pimenta da Veiga (MG), ex-líder do PMDB, defendeu a inclusão da palavra

PRÉVIA INDENIZAÇÃO

VOTAÇÃO NA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

SIM	PMDB Alfredo Campos Aluizio Campos Carlos Sant'Anna Cid Carvalho Fernando Bezerra José Geraldo Milton Reis Nilson Gibson Pimenta da Veiga Prisco Viana Raimundo Bezerra Renato Vianna Rodrigues Palma Albano Franco Dêlo Braz Israel Pinnheiro Márcio Braga Marcos Lima PFL Alceni Guerra Aloysio Chaves Mendes Thame Arnaldo Prieto Carlos Chiarelli Christovam Chiaradia Edme Tavares Eraldo Tinoco	Francisco Benjamim Francisco Dornelles Inocêncio Oliveira José Jorge José Lins José Santana Luiz Eduardo Marcondes Gadelha Mário Assad Oscar Corrêa Oswaldo Pimentel Ricardo Fluzza Sandra Cavalcanti Enoc Vieira José Lourenço PDS Darcy Pozza Gerson Perez Jarbas Passarinho Virgílio Távora Adyson Motta
	PTB Francisco Rossi Gastone Righi Joaquim Bevilacqua PL Affif Domingos	

NÃO

	PMDB Abigail Feitosa Ademir Andrade Almir Gabriel Artur da Távola Bernardo Cabral Carlos Mosconi Cristina Tavares Egydio Ferreira Lima Francisco Pinto Haroldo Sabóia Ibsen Pinheiro João Hermann Neto José Fogaca José Inácio Ferreira José Paulo Bisol José Serra Nelson Carneiro Nelson Friedrich Oswaldo Lima Filho Paulo Ramos Severo Gomes Sigmaringa Seixas Virgíndio de Senna Wilson Martins Chagas Rodrigues José Tavares Miro Teixeira Octávio Elisio Vicente Bogo	PFL José Thomaz Nonô PDS Konder Reis PDT Brandão Monteiro José Maurício Lysáneas Maciel PT Lula da Silva José Genoíno PC do B Haroldo Lima PCB Roberto Freire PSB Jamil Haddad
--	---	--

Prazo da Sistematização será decidido na segunda

A dilatação do prazo de votação do projeto de Constituição pela Comissão de Sistematização somente será decidida na segunda-feira. Foi o que disse ontem ao presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL/RJ), o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ao receber dele requerimento do deputado Oscar Corrêa (PFL/MG) pedindo a prorrogação do prazo por 30 dias.

Tudo indica que a resposta do deputado Ulysses Guimarães será positiva, até mesmo porque foi cancelada a reunião de domingo da Sistematização, em-

bora os trabalhos estejam muito atrasados. A notícia do cancelamento, festejada pelos membros da Comissão, que trabalham ininterruptamente há vários dias, inclusive sem ir a seus Estados, foi anunciada no início da sessão de ontem pelo deputado Aluizio Campos (PMDB/PB), que presidia os trabalhos.

Campos também comunicou aos constituintes que a Mesa da Sistematização permitirá que as emendas destacadas possam ter palavras, expressões e até dispositivos suprimidos, desde que o autor do destaque manifeste essa intenção antes que ele entre em

processo de votação. Na prática, isso já vinha acontecendo, mas como não estava oficializado, alguns parlamentares reclamavam que ao terem votado seus destaques não sabiam que podiam modificá-los. Foi o caso, por exemplo, do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA). Ele queria incluir no Título I que a língua oficial do país é o português, mas desistiu do destaque, por achar que a outra parte estava melhor redigida da forma original do Substitutivo. Se soubesse, afirmou depois, teria suprimido essa segunda parte e votado a especificação da língua.

Esquerda do PMDB pode se mudar para o PSDB

Partido Socialista Democrático Brasileiro — PSDB: este pode ser o destino de cerca de 40 integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que, reunidos no MUP — Movimento de Unidade Progressista, deverão deixar o PMDB assim que for promulgada a nova Constituição brasileira.

Situados à esquerda do partido, os integrantes do MUP não se conformam com o que qualificam de "corrupção da história de lutas do PMDB", mas não deverão abandonar a legenda antes de encerrado o processo constituinte, até porque, argumentam, "isso jogaria o partido nas mãos da direita". A tendência majoritária no Movimento de Unidade Progressista é adiar a decisão de deixar o PMDB, isso

porque ainda acreditam que a história do partido pode ser resgatada, desde que as lideranças de centro-esquerda (Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Waldir Pires, Miguel Arraes...), com o apoio do MUP, se tornem hegemônicas dentro da legenda.

CRISTINA SAI

A deputada Cristina Tavares — sua decisão de deixar o partido é irreversível — observa que "quase todo mundo do MUP tem suas raízes no PMDB, e fica pensando que é possível colocar os fisiológicos para fora, mas isso é ilusório — eu vou sair do partido".

O que Jorge Hage não quer — e nisso estão de acordo com ele praticamente todos os integrantes do MUP — é deixar agora o PMDB, desamparando as lideranças de centro-esquerda e, conseqüentemente, jogando o partido nas mãos da direita. O senador Fernando Henrique Cardoso concorda com isso. Para ele, enfraquecer agora o PMDB é fortalecer o PFL, dentro da estrutura de poder atual.